REVISTA de Políticas Públicas

CULTURA, SENSO COMUM E LUTA DE CLASSES NO BRASIL: desafios contemporâneos e o Serviço Social

Bráulio Loureiro[1]
Julia Iara de Alencar Araújo[2]
Marina Maciel Abreu[3]

Resumo
Este artigo aborda analiticamente o atual contexto político-cultural brasileiro, marcado pela emergência e afirmação da chamada "onda conservadora". À luz do materialismo histórico, em específico, do referencial categorial gramsciano, reflete sobre as articulações entre senso comum, cultura e luta de classes, seja para a compreensão dos elementos constitutivos do novo conservadorismo brasileiro, marcado pela centralidade do núcleo familiar, pelo militarismo e pelo ultraliberalismo, seja para a identificação e o exame de processos formativos capazes de disputar o universo simbólico dos grupos sociais subalternos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a inserção do Serviço Social nos processos formadores da cultura.
Palavras-chave: Cultura; senso comum; luta de classes; Antonio Gramsci; Serviço Social.

CULTURE, COMMON SENSE AND CLASS STRUGGLE IN BRAZIL: contemporary challenges and social work

Abstract
This article analytically addresses the current Brazilian political and cultural context, marked by the emergence and affirmation of the so-called "conservative wave." In light of historical materialism, specifically the Gramscian categorical framework, it reflects on the articulations between common sense, culture, and class struggle, both for understanding the constitutive elements of the new Brazilian conservatism, marked by the centrality of the family nucleus, militarism, and ultraliberalism, and for identifying and examining formative processes capable of contesting the symbolic universe of subordinate social groups, such as the Landless Rural Workers Movement and the inclusion of Social Work in the processes that shape culture.
Keywords: Culture; common sense; class struggle; Antonio Gramsci; Social Work.

Artigo recebido em: 21/10/2025 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30310

[1] Docente adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: cpol.brl@gmail.com
[2] Graduada em Serviço Social. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), integrante do Coletivo Nacional de Cultura. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: juh.flamme@gmail.com
[3]Docente aposentada da Universidade Federal do Maranhão com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Pesquisadora de produtividade em pesquisa - FAPEMA/CNPq. Email: maciel.m@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Tratar questões como cultura, senso comum, política e luta de classes no Brasil contemporâneo exige que se considere a existência de um deslocamento do espectro político e uma significativa politização da sociedade à direita. Deslocamento que se relacionaria com o enraizamento no plano nacional de expressões do conservadorismo, do autoritarismo e do ultraliberalismo.

É possível sustentar, por exemplo, que os resultados das últimas eleições municipais, em 2024, evidenciaram uma agudização do quadro de enfraquecimento na sociedade brasileira de pautas historicamente ligadas à esquerda, ou seja, ligadas a políticas relacionadas aos interesses estruturais das classes trabalhadoras.

Partidos da direita, representantes do chamado "centrão", como PSD, MDB e União Brasil, foram os grandes vitoriosos do referido processo eleitoral. Partidos cuja suposta posição de "centro" ou "moderação" não se sustenta na realidade, uma vez que boa parte de seus quadros e representantes defendem pautas liberalizantes na esfera econômica e não se distanciam consideravelmente de pautas conservadoras na esfera dos costumes. Vale sublinhar que PSD e MDB, juntos, dirigem mais de 1.700 municípios, ou aproximadamente um terço do território nacional. Ademais, viu-se, o fortalecimento de partidos ligados à extrema-direita, como PL e Republicanos. Este último mais do que dobrou seu número de prefeitos, passando de 212 para 430 prefeituras, projeção também acompanhada no âmbito das câmaras municipais.

Tais resultados revelam ampliação da capilaridade ideológica da direita e da extrema-direita na população brasileira. Frente a isso, este artigo pretende tanto analisar o contexto político-cultural brasileiro, destacando a emergência da chamada "onda conservadora", quanto às possibilidades e experiências formativas capazes de construir enfrentamentos e apontarem para outras formas de sociabilidade antagônicas às hegemônicas.

Para tanto, visitamos inicialmente alguns aportes teóricos de Antonio Gramsci que situam, na perspectiva marxista, conceitos como cultura, senso comum e emancipação. Posteriormente, o artigo se debruça sobre a manifestação concreta da conjuntura nacional, evidenciando componentes importantes do novo conservadorismo no Brasil, demonstrando como a defesa da família patriarcal, o punitivismo, o combate ao comunismo e o ultraliberalismo estabelecem conexão entre pautas conservadoras e pautas da direita. Por fim, na busca por localizar experiências antagônicas ao cenário posto, destacamos tanto a atuação formativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no terreno da educação popular de massas quanto a inserção do Serviço Social nos processos

formadores da cultura, entendendo ambas as frentes como iniciativas inscritas no terreno da luta de classes com vistas à construção de uma nova hegemonia.

2 CULTURA, SENSO COMUM E EMANCIPAÇÃO DOS SUBALTERNOS: aportes teóricos de Antonio Gramsci

Não se pode negar que a temática da relação entre cultura e política encontra tratamento analítico abundante na obra de Antonio Gramsci. Considerando as formulações do marxista sardo, destacamos dois eixos, ou lições, para o exame do senso comum dos grupos sociais subalternos nos marcos da luta de classes: 1) a relevância do senso comum; 2) a distinção entre pequena e grande política.

A eclosão do movimento fascista, a derrocada dos conselhos de fábrica (1919-1920) italianos e a derrota do proletariado em diferentes países da Europa promoveram em Gramsci problematizações acerca dos motivos da não concretização da revolução socialista. Já no cárcere, o contato com prisioneiros sardos, napolitanos, sicilianos, calabreses, entre outros, o fez experimentar a diversidade cultural interna da própria Itália.

> O início da vida de prisioneiro foi uma experiência que provocou em Gramsci o renovado interesse por temas que ocupavam sua mente de estudante universitário em Torino, temas ligados à antropologia linguística, ao folclore, à cultura italiana. As observações "etnográficas" que teve ocasião de fazer no cárcere ofereceram também um material empírico bastante rico para pensar a complexidade dos grupos subalternos da Itália. Podemos dizer então que essa pesquisa de campo forçada – em que se misturavam prisioneiros políticos de diversas origens com marginais também de origens bastante diferentes – sugeriu a Gramsci que as classes subalternas eram um universo muito amplo e complexo. (Del Roio, 2007, p. 67).

Em Gramsci, não há dúvida que o senso comum dos grupos sociais subalternos carrega consigo aspectos de uma visão de mundo incoerente, assistemática, contraditória, dualista e dogmática (Debrun, 2001), quer dizer, com tendência à reprodução social. Todavia, mesmo considerando esse caráter, por assim dizer, negativo, o senso comum não deixaria de apresentar valor e relevância interna. Demonstração de tal entendimento aparece no Caderno 11, "Introdução ao estudo da filosofia", quando Gramsci defende a necessidade de rompimento com a visão de que a filosofia é algo elevado e estritamente relacionado a determinada categoria de profissionais especializados, pois "[...] na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na 'linguagem', está contida uma determinada concepção do mundo [...]" (Gramsci, 2023, CC11, §12, p. 93). Daí a afirmação de que todos os seres humanos seriam filósofos.

Vale lembrar que, no Caderno 27, "Observações sobre o 'folclore'", Gramsci critica o modo pelo qual o folclore costumava ser estudado, como algo "pitoresco". Nas palavras do pensador italiano, "Seria preciso estudar o folclore, ao contrário, como 'concepção do mundo e da vida', em grande medida implícita, de determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade". (Gramsci, 2023, CC27, §1, p. 133). Ao expressar aspectos da vida cultural dos grupos sociais, o folclore deveria ser abordado teórica e politicamente com rigor e seriedade. Mais uma vez recorrendo às observações de Marcos Del Roio, percebe-se que

> Longe de ser um universo fixo e estéril, o folclore é apresentado como um universo de representações ideológicas no qual a religião, a moral, a ciência e a filosofia se estratificam e se misturam, ganhando formas diversas e móveis de dominação e de imposição da subalternidade. Mas Gramsci não deixa de notar a presença do "espírito popular criativo" no folclore, criações culturais espontâneas que podem ser elementos de negação da subalternidade. No folclore, aparecem espontaneamente momentos de autonomia e de antagonismo dos grupos sociais subalternos. (Del Roio, 2007, p. 75-76).

No Caderno 25, "Às margens da história: história dos grupos sociais subalternos", acessamos lições metodológicas de grande importância para a pesquisa junto aos grupos sociais subalternos. A primeira delas é a noção de que a história desses grupos é "necessariamente desagregada e episódica", uma vez que sua tendência à unificação "é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes" (Gramsci, 2023, CC25, §2, p. 135). A segunda é que, em razão desse caráter desagregado, "todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral" (Gramsci, 2023, CC25, §2, p. 135).

É exatamente essa valorização que encontramos no escrito de Gramsci, quando ainda no primeiro parágrafo do referido Caderno o filósofo sardo identifica e se distancia do elitismo presente na forma tradicional de tratamento dos fenômenos sociais relacionados às classes subalternas. "Esse era o costume cultural do tempo: em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica" (Gramsci, 2023, CC25, §1, p. 131).

Ao tratar, por exemplo, do movimento camponês liderado por David Lazzaretti, na Itália do século XIX, Gramsci deixa referências analíticas significativas quando afirma que "[...] no movimento, a tendência republicana estava bizarramente misturada ao elemento religioso e profético. Mas esta confusão é que representa a característica principal do acontecimento, porque demonstra sua popularidade e espontaneidade" (Gramsci, 2023, CC25, §1, p. 132). Podemos defender que as inquietações de Gramsci com relação à maneira pela qual o marxismo, enquanto filosofia, poderia se fazer *práxis* e se tornar senso comum o levaram a considerar as questões do folclore, da religiosidade e das visões de mundo do povo. Tal sensibilidade o situa em uma perspectiva que se afasta da mera

oposição entre verdadeira e falsa consciência, uma vez que sua teorização atribui relevância à autoatividade das massas e não rejeita o seu senso comum.

Por outro lado, não se pode negligenciar que a apreciação do senso comum, em Gramsci, ganha sentido quando realizada nos marcos de um processo social capaz de culminar em sua própria superação. Algo como a organização crítica da consciência coletiva tendo como base o senso comum. Na análise de Guido Liguori (2007, p. 102), "O senso comum não é, *in toto*, um 'inimigo a ser vencido'; deve-se instaurar com ele uma relação dialética e maiêutica para que seja transformado e, ao mesmo tempo, se transforme". Já para Anita Schlesener (2002), a experiência dos conselhos de fábrica italianos teria representado a busca por uma dialética entre organização e espontaneidade, entre base e liderança, no âmbito de uma dinâmica de educação mútua em que teoria e prática se retroalimentavam na luta política.

Cabe sublinhar que as preocupações culturais de Gramsci não são unicamente subjetivas. Escreve Giorgio Baratta que "O nexo cultura-hegemonia ficaria incompreensível se não fosse iluminado pelo nexo cultura-produção" (Baratta, 2004, p. 147). A nova hegemonia significaria transformação na esfera produtiva e constituição de um novo senso comum. Alerta Gramsci, no Caderno 13, "Notas sobre a política de Maquiavel", que "[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (Gramsci, 2000, CC13, §1, p. 19).

Tal entendimento nos conecta ao segundo eixo, o da distinção entre pequena e grande política. No mesmo Caderno 13, o conhecido parágrafo 5 informa que "grande política" se refere às relações de força que marcam as disputas por projetos antagônicos de sociedade, ou seja, à conservação ou à destruição de determinadas estruturas econômico-sociais. A "pequena política", de modo diferente, diria respeito às interações e conflitos internos a uma ordem já estabelecida, às disputas corriqueiras por recursos que não tocam ou cogitam a abolição do sistema social. Essa formulação é uma lição importante para a reflexão sobre as relações entre senso comum e luta de classes, bem como para as iniciativas de formação política, pois nela Gramsci enquadra, no âmbito da atividade política, aquilo que seria fundamental e incontornável para qualquer anseio emancipatório das classes subalternas, que é tomar a política como disputa antagônica entre projetos de sociedade, algo que necessariamente envolve estrutura econômico-social, forma política e referências culturais, ou seja, um processo muito além da mera administração do existente.

3 CULTURA, SENSO COMUM E CONSERVADORISMO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Demarcamos aqui, inicialmente, algumas formulações sobre o conceito de cultura proveitosas para o avanço da reflexão. Vimos que em Gramsci, no Caderno 27, a cultura estaria relacionada à concepção do mundo e da vida de determinados grupos sociais (Gramsci, 2023, C27). Edward Thompson argumenta que poderíamos encontrar entre os componentes da cultura ritos, tradições, formas simbólicas e costumes, sempre associados à historicidade das relações sociais e das relações de trabalho (Thompson, 1998). Nesses marcos, tratar de cultura, senso comum e luta de classes no Brasil hoje exige considerarmos aspectos como religião, educação, meios de comunicação, entre outros elementos que atravessam e constituem o universo simbólico das classes sociais, em especial, das classes subalternas.

Pensar a base material da subjetividade contemporânea nos exige considerar contexto de crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) e da forma política de administração do capitalismo nos marcos da democracia liberal. As respostas de boa parte dos países à crise financeira de 2008, consideradas temporalidades e particularidades, se ancoraram em intensificação das agendas de austeridade fiscal, supressão de direitos trabalhistas, ataque aos salários e políticas de privatização. Como resultado, a precarização das condições de vida e um quadro propício à frustração, à desesperança e ao acolhimento de plataformas e discursos de ruptura. Na ausência de um espírito de cisão na esquerda em geral, o que se viu nos últimos anos em países como Estados Unidos, Brasil, Argentina, Itália e Hungria foi a capacidade das forças de extrema direita em se apropriar do descontentamento social por meio de um discurso contra as instituições vigentes, contra o Estado, contra o sistema.

Sobre o caso brasileiro, não é exagero afirmar que o conservadorismo está presente na própria formação histórica do país, uma vez que são constantes na cultura nacional elementos como racismo, machismo, patriarcalismo e preconceito socioeconômico.

Se nas décadas posteriores ao processo de redemocratização dos anos 1980 os movimentos da direita não se colocavam explicitamente e massivamente nas ruas, é possível identificar no contexto pós 2013, em especial 2015, certo despertar da direita no país, com uma agudização desse movimento na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. E a centralidade da pauta anticorrupção foi complementada por agendas relacionadas à defesa do ultraliberalismo e ao crescente peso demográfico e político do segmento evangélico na sociedade. Marina Lacerda (2019) argumenta que a particularidade do chamado neoconservadorismo brasileiro residiria no ímpeto de manutenção do ordenamento social diante de iniciativas transformadoras no campo socioeconômico e cultural, como

políticas públicas voltadas à redução de desigualdades econômicas e ao reconhecimento de pautas de gênero.

Lacerda (2025) destaca quatro elementos importantes na estruturação da onda conservadora brasileira: 1) a existência e disseminação de *think tanks* liberais e conservadores; 2) o trabalho formativo realizado por Olavo de Carvalho no interior do segmento militar; 3) as mídias digitais e 4) o evangelismo enquanto grupo que compartilha valores e práticas. Nessa esteira, os componentes principais do novo conservadorismo no Brasil, seriam a defesa da família patriarcal, o punitivismo, o combate ao comunismo e o ultraliberalismo. Tais componentes demonstrariam, inclusive, a conexão entre conservadorismo e direitas.

Para as preocupações deste artigo destacamos a atuação dos *think tanks* e das igrejas naquilo que se configuraria nas últimas décadas como trabalho sistemático de disputa das ideias na sociedade.

Vale lembrar que ainda em 1983, intelectuais cariocas fundaram o Instituto Liberal. Esses agentes, com formação econômica vinculada à Escola de Chicago, vislumbravam no país algo como o Institute of Economic Affairs, de Londres. No ano seguinte, é criado o Fórum da Liberdade, evento relevante na agenda da direita brasileira. A década de 1990 marca a propagação dessas organizações, intensificando na sociedade a defesa de reformas liberalizantes, de "redução do Estado", e do setor privado como promotor da boa gestão. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Instituto Atlântico, Grupo de Líderes Empresariais, Movimento Brasil Competitivo, Instituto Millenium, Instituto Mises Brasil e Estudantes pela Liberdade são organizações desse período (Barbosa, 2017; Casimiro, 2018).

Atualmente, há no Brasil dezenas de centros difusores de ideias conservadoras e de direita, contando com financiamento internacional da rede Atlas Network. Exemplo relevante é o Escola Sem Partido (ESP), que conjugaria pauta liberal e pauta religiosa no discurso da neutralidade educacional, como demonstrado em Loureiro et al. (2022). Criado em 2004 pelo advogado paulista Miguel Nagib como uma "[...] uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária". (Escola sem partido, 2019, s/n), a trajetória do ESP mostra ligações com uma gama de *think tanks* liberais, do Instituto Millenium ao Estudantes Pela Liberdade. O próprio Nagib foi articulista do Instituto Millenium em 2000, formulando textos como "Por uma educação com os valores do Millenium". Não é demais recordar que entre mantenedores, associados, colunistas e simpatizantes do Instituto estiveram e estão nomes como Paulo Guedes, Rodrigo Constantino, Giancarlo Civita, do Grupo Abril, Luiz Eduardo Vasconcelos e

João Roberto Marinho, diretor e vice-presidente das Organizações Globo, respectivamente, além de José Piñera, ex-ministro da Previdência do Chile durante a ditadura Pinochet.

Quanto à atuação das igrejas, destaca-se o crescimento evangélico, especialmente em sua vertente neopentecostal, a partir da década de 1990. Nessa esteira, noções como "guerra espiritual" e "prosperidade" ganham espaço, assim como a presença de diferentes denominações no âmbito da política institucional e dos meios de comunicação. Mesmo sem desconsiderar o caráter não homogêneo do segmento evangélico no país, Costa (2021) sublinha que na base dessa projeção há um investimento massivo na conformação de uma indústria cultural evangélica, a configuração dos templos como espaços de resolução dos problemas da vida concreta, e organização baseada em células, o que capilariza e tende a atrair novos adeptos, além de formar novas lideranças.

Com atenção ao processo eleitoral de 2026, Nascimento (2025) identifica as principais forças do campo evangélico no Brasil, campo este que expressa aproximadamente 30% do eleitorado nacional. Assembleia de Deus, conduzida pelo pastor Silas Malafaia, Assembleia de Deus Vitória em Cristo, dirigida pelo bispo Samuel Ferreira, Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Edir Macedo e Igreja Batista aglutinariam por volta de 20 milhões de fiéis e contariam com 60 deputados federais e 9 senadores. O autor chama a atenção, ainda, para o caso da Igreja Universal, cujo arco associativo conta com mais 100 empresas, um banco, uma emissora de televisão (Record) e um partido político (Republicanos). Partido, vale lembrar, que nas últimas eleições ultrapassou a marca de 400 prefeituras.

No que se refere aos impactos no senso comum e na cultura, Lacerda (2025) sustenta que o conservadorismo pode ser visto como fenômeno marcado por passividade. Ao contrário, a conservação e manutenção da ordem exige ação e mobilização continua na batalha das ideias e dos projetos de sociedade. Nesse prisma, a conjunção entre ultraliberalismo, conservadorismo e militarismo encontraria na dimensão familiar um núcleo decisivo para a afirmação e consolidação da direita e da extrema direita na cena política nacional. A família, enquanto única esfera provedora, se liga ao ideário do empreendedorismo e da iniciativa privada como reguladores da vida social, retirando do Estado e das políticas públicas tal atribuição. Ademais, a família enquanto núcleo fundamental a ser preservado e regido por valores espirituais e moralidade religiosa a conectaria tanto às pautas regressivas na esfera dos costumes e do respeito à diversidade quanto às referências punitivistas (e neofascistas) de eliminação do adversário, do inimigo, da ameaça.

4 A EXPERIÊNCIA DOS MOVIMENTOS POPULARES NA EDUCAÇÃO DAS MASSAS PARA A EMANCIPAÇÃO DOS SUBALTERNOS NO BRASIL: a questão da formação no Movimento Sem Terra

Processo indispensável para a emancipação dos subalternos é a sólida formação de uma camada de intelectuais orgânicos com capacidade de organizar culturalmente a sociedade numa perspectiva de hegemonia, como tratado em Araújo (2025): disputar a vontade coletiva das massas e incidir nas ideias que circulam e orientam a ação prática e política do senso comum. Mais do que domínio econômico, é necessário construir consenso em torno de um determinado modo de vida.

No Brasil, historicamente, é possível remontar diversos processos de auto-organização de trabalhadores e trabalhadoras (no regime de escravidão e no modelo industrial) no sentido reivindicatório e propositivo não apenas de políticas públicas, mas vinculado à construção de um novo poder por parte dos subalternos. No período da escravidão, por exemplo, algumas expressões das lutas abolicionistas e, sobretudo, a experiência dos quilombos, consubstanciam uma importante experiência histórica de luta e de instrumentalização na criação de autogestão e projeção de autonomia política, territorial e econômica em face das expressões dominantes de poder configuradas à época (Moura, 2020).

A colonização na formação social brasileira produziu contradições e potencialidades importantes no constructo social do nosso campesinato com diversos formatos de organização e identidade. Por carregar uma violenta carga de genocídios, expropriação e opressão, e de luta concreta pela manutenção da sua existência (a produção e a reprodução da vida), o campesinato brasileiro carrega uma importante tradição de revoltas, como explica Ianni:

> Em perspectiva histórica ampla, o camponês encontra-se geralmente na condição de classe subalterna. Classe social em formação, na qual mesclam-se elementos sociais, econômicos, políticos, e culturais diversos, heterogêneos, contraditórios. A própria diversidade da condição camponesa é essencial para a compreensão da sua condição subalterna. [...] Entretanto a condição subalterna não elimina o protesto, a reclamação, a exigência, a reinvindicação. (Ianni, 1985, p. 28–29).

Existe no campesinato uma certa inclinação antissistêmica, já que a figura do Estado lhe é algo estranho — e esse mesmo Estado, historicamente, tem pouca capacidade de integrá-lo plenamente à cidadania nacional. Trata-se de um grupo bastante à margem das classes subalternas, profundamente excluído e distante das questões que envolvem a nação. Na heterogeneidade e na mistura imprecisa entre o senso comum e a sabedoria prática camponesa, há uma necessidade histórica intrínseca de construir uma ordem social que lhes seja justa — não imediatamente

anticapitalista, pois esse tipo de projeto só amadurece com o avanço da consciência política, mas sim uma necessidade de contestação, que pode levar a diferentes formas de organização.

Trazemos a perspectiva histórica do potencial reivindicatório do campesinato no Brasil por consideramos que aqui a Questão Agrária produziu, quiçá, uma das mais significativas experiências de formação de intelectuais orgânicos forjados das lutas e organizações subalternas, com o surgimento do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de oitenta – nas efervescências das lutas por abertura democrática e nos rebatimentos da crise econômica e política na vida dos camponeses. Durante a formação do MST, as experiências das revoluções socialistas da época (como as de Cuba, Nicarágua e Chile), nas quais o campesinato teve papel central, serviram como referência fundamental para que esse movimento se constituísse, de forma deliberada e ao mesmo tempo, como um movimento social de massa com pautas sindicais e como uma organização política com um projeto voltado à disputa pelo poder. Isso foi possível porque o MST elaborou um programa político com forte caráter nacional e popular, nos termos pensados por Gramsci, capaz de orientar politicamente a vontade coletiva entre o campesinato e o restante da sociedade brasileira.

O MST surge tendo como principal instrumento de pressão e de organização o ato de reunir famílias inteiras na ocupação de grandes latifúndios improdutivos (ou mesmo grilados, inscritos no mapa do trabalho análogo à escravidão, ou vinculados a empresas que cometem crime ambiental – de modo mais recente), onde além de pressionar pela Reforma Agrária, cumpre ainda um papel de denúncia.

No seu I Congresso Nacional, onde o MST define seu projeto de nacionalização, já se lançam os seus três grandes objetivos estratégicos que foram se desenvolvendo na construção de um programa político: terra, reforma agrária e transformação social (socialismo). Neste momento, os três grandes objetivos dão às ocupações de terra um propósito maior que o acesso imediato das famílias sem terra a uma política de distribuição fundiária: o de avançar rumo a uma elaboração e construção emancipatória de reforma agrária, onde as famílias deveriam exercer a construção de territórios guiados por princípios de coletivização do trabalho, das decisões, e da construção das relações sociais que busquem dar passos para a superação das violências de gênero, classe e raça. Assim, foi necessária uma série de procedimentos formativos a fim de estabelecer no MST, das instâncias diretivas às famílias acampadas e assentadas, uma cultura política de exercício do poder entre os subalternos na perspectiva de contribuir numa dinâmica mais ampla nas lutas de hegemonia (compondo o bloco campo e cidade) – ao que o movimento chama de poder popular.

Destes procedimentos, destacamos o processo permanente de formação política e ideológica presentes nos diversos cursos e espaços de formação projetados desde a gênese do MST,

nos mais diferentes formatos, pequenas reuniões para estudo e debate, cursos mais longos e massivos – em centros de formação ou mesmo nos espaços disponíveis nos territórios. Na pedagogia praticada pelo movimento se compreende que a apropriação coletiva de categorias, conceitos, leituras e método de análise consubstancia a fundamental e indispensável matriz formativa da própria luta, porque seria o ato de lutar a ligação fundamental entre a teoria e a prática. No desafio de desenvolver uma apropriação coletiva de leituras e entendimentos políticos, um dos principais entraves foi (e ainda é) o processo massivo de letramento e escolarização das famílias que compõem a base social da organização e os militantes que assumem as tarefas de liderança e elaboração – processo este que contribuiu sobremaneira para a consolidação de duas importantíssimas políticas públicas voltada para camponeses: o PRONERA e a política de Educação do Campo[1].

É preciso ressaltar ainda que o MST se preocupou, desde a década de oitenta, em estabelecer instrumentos para circulação, divulgação e agitação das ideias e das notícias em torno da luta pela terra, por exemplo: o Jornal Sem Terra, a impressão massiva de livros de formação e literatura – que mais tarde se tornou a Editora Expressão Popular. Bem como a criação de simbologias de identidade (bandeira, hino, palavras de ordem e elementos estéticos de identificação), de produção artísticas (música, literatura, artes plásticas e visuais, teatro, dança, e mais recentemente cinema)[2], das experiências recentes no campo das artes, o MST organiza Escolas de Arte e caminha na consolidação do I Curso de Licenciatura em Música pelo PRONERA, em parceria com a Unirio.

Data ainda da década de 1990 o primeiro CD composto com músicas de autoria de artistas militantes do MST e amigos(as), o "Arte em Movimento" e a organização do site oficial do movimento. Estas construções denotam a compreensão do papel da organização da cultura como estratégica nos processos de luta das classes subalternas. Ainda que estes instrumentos não tenham conseguido alçar um lugar mais efetivo de disputa frente à produção cultural das classes dominantes no Brasil, esta produção cumpre um fundamental componente de unidade e vinculação das massas (da base social às alianças) junto ao projeto político do MST.

A criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005, é um exemplo caro, não somente para o Brasil, mas para processos de formação de movimentos populares no mundo inteiro. A Escola Nacional de formação política do MST é uma das principais referências de integração do movimento a uma estratégia internacionalista entre as lutas no mundo inteiro – assim como a construção de representações internacionais como a ALBA Movimentos, a Assembleia Internacional dos Povos, A Via Campesina e o Instituto de Pesquisa Tricontinental[3]. Ressaltamos que estas ferramentas se colocam na perspectiva gramsciana de direção política para uma organização da cultura dentro de um projeto orgânico das classes subalternas.

É preciso ainda reafirmar que a educação e a formação no MST formam um sistema bastante complexo de funcionamento, tendo como compreensão o trabalho como princípio educativo, e que orienta a formação de instrumentos de trabalho cooperado e/ou associado e também a formação técnico-cientifica adequada para qualificar esses instrumentos – por isso a busca por desenvolver uma politecnia rumo à omnilateralização dos processos formativos, a compreensão de que todos devem ser especialistas em áreas diversas, poetas, filósofos e lutadores.

> Na Pedagogia do Movimento, começamos a refletir sobre a importância da educação politécnica (especialmente como politecnismo) como chave fundamental para o salto de qualidade que precisamos dar nas relações entre trabalho, educação e escola. [...] E para isso o conceito de Shulgin de "trabalho socialmente necessário", bem como a noção de "complexos" de estudo, conjugada com nossa reflexão sobre as matrizes pedagógicas (trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história) podem ser ferramentas muito importantes (Caldart, 2013, p. 22).

Embora a reflexão de Caldart tenha como foco a pedagogia exercida nas Escolas e Institutos do Campo (onde se faz a escolarização e formação política e profissional para orientar e qualificar o trabalho), ela demarca como parte do politecnismo o escopo amplo da perspectiva de formação que, de modo dialético, permeia a totalidade do movimento: a configuração psicofísica dos trabalhadores e trabalhadoras engajados na construção do programa político do MST, presentes nos mais diversos âmbitos de socialização.

Por isso, todos os espaços são embasados na compreensão de um método de direção e organização que orienta o trabalho "socialmente necessário" como atividade coletiva de todos, o estudo como condição fundamental de inserção e qualificação da participação, a luta como eixo central de engajamento e projeção de novos quadros e lideranças desde a práxis real, os diversos processos de participação que levam à composição das instâncias representativas de direção – e que garantem uma estrutura mais horizontalizada, através de democracia ascendente, de direção e elaboração coletiva de suas linhas políticas. A principal argamassa desta engrenagem está na organicidade, que é a dinâmica, o funcionamento e o elo permanente entre as diversas estruturas organizativas.

Dito isto, avançamos na compreensão de que através de quarenta e dois anos de organização política, o MST conseguiu formar um conjunto de quadros dirigentes orgânicos do campesinato, e também oriundos da absorção da luta camponesa na cidade, através de processos permanentes de vinculação com a sua base social e diálogo com o conjunto da sociedade, que lhe permitiu a criação de um programa político. Em 2014, em função das profundas transformações na questão agrária brasileiras e na reconfiguração das relações capitalistas no campo, o MST atualiza o seu programa denominando-o de Reforma Agrária Popular[4] (MST, 2014, 2025). Programa este que compreende uma concepção de agroindustrialização no campo, de matriz agroecológica, e que

concebe uma proposta mais elevada de modo de viver a partir de agricultura camponesa, a partir do trabalho e da cultura. Estes elementos são forjados ao mesmo tempo pelas reivindicações históricas e pela configuração recente da luta de classes que acelera a necessidade de elaboração de um programa que tenha como eixo estratégico e objetivo fundamental a emancipação humana. Importante ressaltar que este programa é oriundo de uma vontade coletiva em luta, organizado por uma sólida direção política, que almeja se inserir numa estratégia maior de construção e disputa de um projeto nacional de hegemonia dos subalternos do campo e da cidade.

5 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS FORMADORES DA CULTURA E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS NA PERSPECTIVA CRÍTICA EMANCIPATÓRIA

A cultura e o senso comum são temas de profundo interesse do Serviço Social, dada a sua inserção orgânica nos processos formadores da cultura na luta de hegemonias políticas, com intervenção direta no senso comum, interferindo por meio da função pedagógica que exerce nas relações sociais na formação de subjetividades e padrões de conduta individual e coletiva - elementos moleculares da cultura (Abreu,2002). Tais pressupostos encontram sustentação no pensamento gramsciano, como abordados neste artigo, aqui reiterado o entendimento de que a cultura compõe os processos de hegemonia, em cuja conexão estão imbricadas as práticas educativas fundadas no trabalho – como princípio educativo - (Gramsci, 2000, CC12) sob os imperativos dos padrões produtivos e de trabalho da sociedade capitalista, portanto, são práticas necessárias na constituição/manutenção da ordem do capital, uma ordem intelectual e moral com a qual se confronta o movimento de constituição dos subalternos como classe hegemônica que requisita nesse processo novas relações pedagógicas na formação de uma nova cultura.

Para Gramsci, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente pedagógica” (Gramsci,1999, CC10, §44, p.399), não restringindo as relações pedagógicas às relações escolares, na medida em que existem no conjunto das relações sociais, compondo o amplo movimento de elaboração de uma concepção de mundo, de uma filosofia e sua difusão na perspectiva de transformá-la “em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual”. (Gramsci,1999,CC11, 12,p.96). Tal processo, para Gramsci, é mediado pelos intelectuais e instituições de cultura, dentre elas, a escola e a religião, consideradas, historicamente, as mais importantes, além de muitas outras instituições, dentre elas as de organizações política das classes sociais, em que o partido político é a culminância, como intelectual coletivo e as instituições e instrumentos relacionados à comunicação. Gramsci destaca o Estado como educador das massas e considera que

> [...] A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. (Gramsci, 2000, CC8,§179, p.284)

A questão da cultura atravessa a obra do filósofo sardo notadamente a teoria da hegemonia, com destaque para as notas sobre o americanismo e fordismo (Gramsci, 2001), como hegemonia e cultura e expressão da unidade estrutura e superestrutura, em que o conceito de cultura é reafirmado como "modo de viver, de pensar e de sentir a vida" (Gramsci, 2001, CC22, §11, p.266), determinado por um padrão de produção e de trabalho, sob a hegemonia de uma classe ou frações de classe.

Sob o ponto de vista das classes subalternas na formação de uma nova cultura, esse movimento passa necessariamente pelas transformações da relação estrutura/superestrutura e requisita novas e originais relações pedagógicas adequadas ao rompimento com a ideologia dominante que se tornou senso comum, fonte de acomodação e de passividade, no desenvolvimento e transformação do núcleo sadio do senso comum, o bom senso, em uma concepção de mundo própria, unitária e coerente, capaz de "conservar a unidade ideológica em todo o bloco histórico que está cimentado e unificado justamente por aquela ideologia" (Gramsci, 1999, CC11,§12,p.99), que "ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado com a coerência e vigor das filosofias individuais". (Gramsci, 1999, CC11, §12,p.101).

> Pela concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas[5] de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. (Gramsci,1999, CC11,§12,p. 94).

Este é para Gramsci, o problema fundamental desse movimento cultural, em que situa a força e a necessidade de elevação do senso comum como filosofia das massas, em relação a uma concepção de mundo ocasional e desagregada pertinente a uma personalidade compósita de uma maneira bizarra:

> [...] nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (Gramsci, 1999, CC11, §12, p. 94).

Nessa linha analítica, apreendemos a vinculação orgânica do Serviço Social a diferentes sistemas culturais, em sua trajetória no Brasil, como mediação construindo mediações no amplo movimento de luta de hegemonias no qual constrói a própria cultura profissional que se expressa no complexo profissional. Nesse processo a intervenção profissional constitui a principal referência da

formação da cultura profissional - como a dimensão primeira definidora da natureza e identidade profissional - na relação orgânica com a formação, a produção de conhecimento e a organização profissional (Lopes; Abreu; Cardoso,2014) dimensões constitutivas do Serviço Social como totalidade histórica Assim, a intervenção profissional nas condições objetivas do mercado de trabalho predominantemente no âmbito das políticas sociais, participa da construção de respostas a demandas do Estado enquanto educador das massas, relacionadas à difusão e inculcação da ideologia do conservadorismo como concepção de mundo unificadora de toda a sociedade (Abreu, 2022). A inserção crítica do assistente social no mercado de trabalho, sob a orientação do projeto ético político profissional - vinculado à necessidade histórica da emancipação humana -, abre possibilidade de construção de mediações que favoreçam aos sujeitos da intervenção o estabelecimento de relações pedagógicas críticas de resistência e emancipadoras. Desse modo, entendemos que no cotidiano profissional ao longo da trajetória profissional se confrontam tendências interventivas configuradoras de distintos projetos profissionais, traduzidos em distintas culturas profissionais.

O Serviço Social desde a sua origem se vincula a sistemas culturais instaurados hegemonicamente, ao longo do século XX, determinados na dinâmica da produção e reprodução de mercadorias, em que destacamos as *culturas, 'do bem-estar'* (Abreu, 2002), *da pós-modernidade sob o neoliberalismo* (Harvey, 1994, 2011) e da *emancipação* (Abreu, 2002) com expressões particulares e mais destrutivas na periferia do sistema de capitalista, como é o caso do Brasil. Nesse amplo processo identificamos configurações da cultura profissional em disputa no complexo profissional com destaque para particularidades na dimensão interventiva, cujas principais manifestações podem ser sintetizadas a partir de três mediações fundamentais – a assistência como direito e necessidade social, a luta por direitos e a necessidade histórica da emancipação humana -, no enfrentamento das expressões da questão social que se colocam no cotidiano profissional, e se traduzem no que denominamos de cultura da assistência, cultura do direito e cultura da emancipação[6] no Serviço Social. Tais tendências da cultura profissional como analisadas em Abreu (2022) particularizam-se como expressões de projetos profissionais em disputa no cotidiano profissional, e se intercruzam no emaranhado de situações concretas que marcam a heterogeneidade desse cotidiano e imprimem aparência difusa à cultura profissional.

Sob esse ponto de vista, a questão da cultura, sobretudo a particularidade do senso comum como cultura das massas, se recoloca como necessidade no debate profissional enquanto mediações constitutivas do projeto ético-político profissional, profundamente tensionado pelas transformações sociais nos marcos da atual crise estrutural do capitalismo agravada com as saídas neoliberais que aprofundam a questão social manifesta na crise cultural/crise da sociabilidade, que

ocupa o centro da luta de classes em todo o mundo, sobretudo com o avanço da extrema direita que revigora o conservadorismo reacionário com forte penetração na conformação do senso comum, principalmente nos setores subalternos, extremamente pauperizados; e, afeta o Serviço Social em sua totalidade, enquanto se colocam/recolocam novas e velhas demandas que apontam para retrocessos profissionais.

No movimento complexo de luta de hegemonias políticas, os assistentes sociais no exercício da função pedagógica nas mediações do mercado de trabalho partilham e interferem na formação do senso comum, mediante reinterpretação e reelaboração de estratégias pedagógicas definidas pelas classes sociais e contribuem conscientemente ou não ao estabelecimento de um determinado conformismo, sendo desafiados a construir a intervenção profissional crítica vinculado ao processo de luta das classes subalternas e contribuir para o rompimento com o conformismo subalternizador na direção da emancipação humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, observamos a relevância de se considerar o universo simbólico dos grupos sociais para a análise política. Na perspectiva gramsciana, cultura e senso comum devem ser pensados nos marcos de relações de poder, quer dizer, do embate de projetos de sociedade mobilizados por classes sociais antagônicas.

Na atual conjuntura político-cultural brasileira, o avanço e o enraizamento de expressões do ultraliberalismo e de um novo conservadorismo entre a população revela a magnitude do trabalho político necessário para a consolidação de um contraponto capaz de difundir e traduzir em vida concreta referências alternativas.

A atuação formativa do MST no decorrer de quatro décadas aponta para estratégias e processos incontornáveis no embate hegemônico no Brasil. Iniciativas que, ao almejarem e mobilizarem experiências de politização de massas, superam formas limitadas e rigidamente hierarquizantes de configuração da relação entre lideranças e bases.

Em outro flanco, a inserção do Serviço Social nos processos formadores da cultura evidencia a posição estratégica dos assistentes sociais como agentes implicados nas vivências, percepções e interpretações no âmbito dos grupos sociais subalternos, com significativo potencial transformador quando orientados pelo projeto ético-político profissional na direção da emancipação dos subalternos e de toda humanidade.

Aderir, disputar e influir no senso comum das massas se colocam, portanto, como movimentos necessários para o trabalho político voltado à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel. Pedagogia da Intervenção em Serviço Social e Educação Popular na formação da cultura pelos subalternos. *In*: ABREU, Marina Maciel; LIMA, Cristiana. SANTANA, Nonata (orgs.). **Gramsci, cultura e luta de classes na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p.249-280.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. A questão da identidade profissional do assistente social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ABEPSS, 2018.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Tendências da cultura profissional do Serviço Social no Brasil: demarcações históricas e principais mediações definidoras. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Capitalismo Contemporâneo:** crise, democracia e emancipação humana. São Paulo: Cortez Editora, (20...?)[prelo])

ARAÚJO, Júlia Iara de Alencar. **O Programa de Reforma Agrária Popular como instrumento de formação de cultura popular emancipatória no MST**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

BARBOSA, Jefferson R. “Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)”: ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. *In:* **41 Encontro anual da ANPOCS**. Caxambu, 2017.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos:** o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In: **Textos encomendados para a 36ª Reunião Anual da Anped**, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro 2013.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

COSTA, Rafael R. **Década evangélica**, Le Monde Diplomatique, 2021.

DEBRUN, Michel. **Gramsci:** filosofia, política e bom senso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DEL ROIO, Marcos T. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia Política**, n. 29, 2007, p. 63-78.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido**, 2019. Disponível em: http://www.programaescolasempartido.org. Acesso em: dez. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999; 2023.

GRAMSCI, Antonio**. Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do cárcere.** Maquiavel. Nota sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2000.

GRAMSCI. Antonio**. Cadernos do Cárcere** Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2001.

GRAMSCI. Antonio **Cadernos do cárcere** O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**.** 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 5, 2023.

GRAMSCI. Antonio **Cadernos do cárcere** Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: Variante e Índices. v. 6. 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

IANNI, O. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, J. V. T. (org.) **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LACERDA, Marina B. Entrevista Le Monde, **O novo conservadorismo brasileiro**, 2025.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter Pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas populares. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social.** Uma relação necessária. São Paulo Cortez Editora, 2014.

LOUREIRO, Bráulio R.; CABRAL, Allena Y.; FERNANDES, Pedro H.; FRANCO, Lorena F. Contribuições de Antonio Gramsci e Florestan Fernandes para a análise do Escola Sem Partido. **Educação Santa Maria**, v. 47, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular**. [S. l.]: MST, 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA **Programa agrário do MST:** texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

MOURA, C. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, Gilberto. **Guerra dos donos**, Intercept, 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SCHLESENER, Anita H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Notas

[1] O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998, a fim de estabelecer uma política pública permanente de educação (escolarização e ensino superior), voltado especificamente para o público da Reforma Agrária. Já a política nacional de Educação do Campo, teve seu primeiro decreto em 2002, com a Instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002, de 3 de abril de 2002), estabelecendo o reconhecimento da identidade própria da escola do campo.

[2] Para melhor aproximação dessas experiências recomendamos a dissertação de mestrado de Evelaine Martins Brennand, "Coletivo de Cultura do MST: Caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica."(Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/85b966c7-0b8d-4c77-8f73-1f08f645ddbb); e os dois volumes do livro Teatro e Transformação Social, disponível em: https://mst.org.br/download/teatro-e-transformacao-social-vol-1-teatro-forum-e-agitprop/

[3] As referidas organizações possuem sites e páginas de comunicação, onde com frequência publicam ações, resoluções e elaborações, com destaque para o site do Instituto Tricontinental, que possui volumosos estudos publicados mensalmente (disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/). Demarcamos a importância destas construções tanto para o âmbito internacionalista de debates e articulações, como pelo fortalecimento do eixo Sul- Global promovido por estas forças.

[4] O Programa de Reforma Agrária Popular, embora tenha sido lançado em 2014, é resultado do aprofundamento de outras elaborações anteriores (como o Plano Nacional de 1985 e de 1989 a 1993, e o programa de 1995). Tal como é concebido hoje, o programa recente, atualização lançada em 2025, apresenta propostas de ação concreta fundamentada nos "pilares de uma Reforma Agrária Popular", contendo os seguintes eixos: 1. A luta pela terra e pelo território; a defesa da natureza; a produção de alimentos saudáveis; o plantio permanente de árvores; a mecanização da agricultura camponesa e familiar; a cooperação; a energia e a mineração (popular); educação e escola; saúde; cultura e arte; e a solidariedade entre os povos. A versão atualizada do programa ainda não consta no acervo público do MST (https://acervomst.org.br/).

[5] Retomamos o problema colocado por Gramsci em relação ao conformismo: "qual é o tipo de histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?" (Gramsci, 1999, CC11,§12,p.84). Essa indagação remete à distinção entre dois tipos de conformismos: um conformismo que imposto pelo grupo dominante é a base de uma cultura alienada e alienante; e o outro, um conformismo próprio, dinâmico, estabelecido pelos subalternos constitui sustentáculo da organização de uma nova cultura, emancipada. O conformismo em sua diversidade molda o senso comum.

[6] Para configurações da cultura da assistência, do direito e da emancipação no Serviço Social, consultar: (Abreu; Lopes, 2018); (Abreu, 2022); (Abreu; Lopes, 2026)